INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA

PENSAMENTO POLÍTICO DE JOSÉ BONIFÁCIO*

Presidente: THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI

Coordenador: DJACIR MENEZES
Participantes: PEDRO CALMON; ARTHUR CÉSAR FERREIRA REIS; VICENTE BARRETTO.

Presidente — Podemos começar. Nós nos reunimos hoje, aqui, a fim de debatermos alguns problemas relacionados com o pensamento político de José Bonifácio. É uma personalidade que, realmente, exige um constante reexame, tal a influência que exerceu sobre a política do Brasil, em determinada época, e por ter deixado escritos que se podem considerar o "Pensamento político de José Bonifácio". Ele formulou tudo isso, em diversas ocasiões e em diversos trabalhos. Aventou, inclusive, alguns problemas constitucionais, como o problema da constitucionalidade das leis. Nos trabalhos que escreveu sob os títulos de *Lembranças e apontamentos* e *Elogio a D. Maria I,* formula os princípios fundamentais do seu pensamento político. Mas o que mais me impressionou, como estudioso, foram dois aspectos, abordados, de maneira precursora: o problema do índio e o problema do negro. A meu ver, bastam esses dois documentos para consagrar José Bonifácio como pensador político e homem de alta visão. O que ele disse, em 1823, foi-se realizando, aos poucos, no Brasil, através de dezenas de anos. O que ele queria, na realidade, era não somente a emancipação dos escravos, progressiva e lenta, mas também, a do índio, a integração do índio na comunidade nacional. O que se fez, muito mais tarde, e está consagrado no Estatuto do índio, de maneira efetiva, como realmente ele pensava. Em relação ao negro, o trabalho de José Bonifácio é realmente impressionante, pelo número, pela seqüência de providências que ele aventa. Relativamente à emancipação progressiva dos escravos, focaliza inclusive a vida do negro, o auxílio ao negro desamparado, as diversas providências que lhe impressionaram a sensibilidade. Mas a sua afirmação mais importante é quando mostra o comportamento errôneo dos

* Mesa-redonda realizada no dia 6 de maio de 1977.

políticos e, de um modo geral, da população em relação ao negro e ao índio. Quer dizer, a falta de conhecimento da verdadeira situação do índio, responsabilizando os portugueses, por uma atitude desumana e sem sensibilidade.

Não quero prolongar esta minha pequena introdução e o faço somente para justificar minha presença aqui na presidência. Na realidade, quem coordenará esta mesa-redonda é o Prof. Djacir Menezes, que elaborou esse questionário. Realmente, a área é dele e do Instituto.

Vou, portanto, dar a palavra ao Prof. Djacir Menezes.

Djacir Menezes — A minha justificativa, também, é a de que, sendo diretor do Centro de Estudos, Ciência e Filosofia Política, setor do Indipo e, portanto, subordinado à autoridade do Min. Themistocles Cavalcanti, tenho a incumbência de organizar, pelo menos, quatro mesas-redondas durante o ano. Vamos então, de comum acordo, estudando esses temas, organizando esses questionários, com a devida "podagem" superior. Este nosso objetivo, segundo pretendo resenhar, aqui, as idéias, sem estar nomeando-lhes as autorias.

Peço, então, ao senhor presidente que passe a palavra àquele que deve iniciar nossos debates.

Presidente — Com a palavra o Prof. Arthur César Ferreira Reis.

Arthur César Ferreira Reis — Acho que a escolha do tema "O pensamento político de José Bonifácio" é muito acertada, muito atual, quando o Brasil está vivendo problemas que, de certo modo, são problemas que José Bonifácio teve oportunidade de ver e para os quais apresentamos remédios, que, na época, lhe pareciam justos e adequados.

Quando recebi o convite, dei a sugestão de que, aceitando-o, deveria figurar também, no questionário, a posição de José Bonifácio com relação ao negro, no Brasil, e ao índio. Vemos aqui que apenas a questão relativa ao negro está contemplada. Não há a do índio. Vejo agora, na terceira página, o assunto índio. Realmente, esses são dois aspectos de alta importância, que mostram o equilíbrio e a consciência política e social que José Bonifácio possuía.

Inicialmente, queria lembrar que José Bonifácio é fruto do pensamento e da ideologia do iluminismo. Ele é homem que forma seu pensamento, também, no momento em que Portugal se reencontra com o pensamento europeu e começa a aceitar as dúvidas e a problemática proposta através dos pensadores franceses e ingleses da nova sistemática da ação política e governativa do princípio novo de que os governos existem, são fruto da vontade dos povos e não, de acordo com o pensamento anterior, da vontade de Deus. Já este é um pensamento dentro do qual José Bonifácio vai formando o seu. A vinda dele, nos primeiros momentos, da Europa já justifica a concepção que temos hoje de que, realmente, era um dos iluminados de seu tempo. Fundara-se, havia pouco, em Lisboa, a Academia de Ciências, começara-se a fazer a publicação e ele, fazendo parte da geração brasileira que, de certo modo, era responsável por aquelas mudanças que estavam ocorrendo no pensamento português, ele, como muitos brasileiros que teriam sido aceitos na Academia, é autor de uma série de

trabalhos que enriquecem as publicações da Academia e que revelam, positivamente, que a presença brasileira já era uma presença da mais alta expressão. Apesar de não haver universidade no Brasil, os nossos melhores espíritos, formados em Coimbra ou em Montpelier, já estavam perfeitamente incorporados àquele pensamento revolucionário que modificava a estrutura da Europa e iria modificar, também, dentro de muito pouco tempo, a própria estrutura da América, isto é, Estados Unidos, Haiti, América Espanhola e América Portuguesa. José Bonifácio é, assim, no meu entender, filiado a esta corrente ideológica e que a realiza, quando vai assumir, de certo modo, a responsabilidade pelos problemas da organização do Império e põe em execução, em prática muito daquilo que está contido no seu pensamento. Uma coisa é ter uma idéia, estar filiado a uma corrente de pensamento e outra é poder executar aquilo que consta da teoria e da filosofia que se pretende adotar. Posso falar assim porque tenho experiência como governante de Estado, e imagino os problemas que tenha enfrentado José Bonifácio, como também Bolívar, que filiado também ao iluminismo, democrata, toda a sua obra política escrita dentro desse pensamento e, no entanto, foi obrigado a praticar atos de força, ignorar a existência do sistema democrata, elaborar uma constituição, a da Bolívia, um dos maiores e primeiros grandes documentos de natureza autoritária, de um lado, e, de outro, ditatorial quase. Uma constituição que atribui ao Poder Executivo — assunto em voga nos nossos dias — toda a competência para gerir os destinos do Estado.

José Bonifácio, chamado ao poder na hora grave da independência, é o homem certo na hora própria.

Djacir Menezes — Foi numa carta a Bolívar que José Bonifácio expendeu essas idéias.

Arthur César Ferreira Reis — Não, as idéias dele estão contidas no que escreveu, como um testamento político, e foram publicadas em vários volumes. A melhor edição do pensamento de Bolívar consta de uma edição de suas obras feita pelo Governo da Venezuela, mas editado em Havana há muitos anos. São três grandes volumes com todo o pensamento político de liberdade.

José Bonifácio assume a direção política do Brasil naquela hora em que há três pensamentos em conflito. Devia o Brasil permanecer sujeito a Portugal na condição de colônia? Devia o Brasil manter-se ligado a Portugal como Reino Unido com a presença, no Brasil, de alguém que representasse o monarca sediado em Lisboa? Devia o Brasil romper definitivamente todos os laços de subordinação e de sujeição a Portugal e se declarar nação soberana, com escolha da sua direção política, sistema monárquico ou sistema republicano?

Ainda há pouco tempo o Conselho Federal de Cultura teve oportunidade de apresentar esse debate através de uma publicação que foi feita sobre o pensamento e a ideologia de independência, com prefácio muito interessante do nosso antigo companheiro Raimundo Faoro. José Bonifácio, dentro desta linha de pensamento, manteve-se preocupado inicialmente não apenas com a forma de governo, mas com a idéia da independência, mas a idéia

da independência sujeita a certos e determinados perigos representados pelo problema da unidade nacional.

Parece-me que esse é o ponto fundamental do pensamento de José Bonifácio.

O Brasil criara-se com tendência muito visível de fragmentar-se. As capitanias, com a competência que possuíam, as capitais gerais com os governadores sujeitos diretamente a Lisboa, sem que houvesse um poder centralizado no Brasil que pusesse em execução toda a política e toda a orientação administrativa de Portugal, eram um convite à fragmentação, pois levava a formulação de idéias locais, de um pensamento autonomista local e não a um sentimento de unidade. Daí por que entendo que a presença de D. João no Brasil fora de uma importância capital. O Rio de Janeiro passara a exercer a sua grande função de coordenadora de nossa vontade, disciplinando a vida brasileira, residindo aqui um monarca que põe fim àquela subordinação que possuíamos a Lisboa.

Tanto assim que depois da independência os elementos portugueses que tinham vindo com D. João, muitos deles tendo permanecido, militares e civis, homens de negócios, todos eles ficaram fiéis à idéia da independência, que era muito mais interessante do que continuar a subordinação a Lisboa.

Nas pesquisas que temos realizado em arquivos brasileiros, porque entendo que história sem pesquisa e sem documentação é conversa e não história, na documentação que tenho compulsado verifico o seguinte: José Bonifácio tinha agentes secretos, reservados, em todas as capitanias, inclusive naquelas onde havia dominação portuguesa e esses agentes tinham a função não apenas de informar, mas também de atuar, procurando criar o clima necessário à consumação da independência e à formulação da unidade, sob dominação e aceitação de um governo sediado no Rio de Janeiro.

José Bonifácio é assim um homem da mais alta expressão naquele momento decisivo. O Brasil seria fragmentado ou se manteria unido? Este, no meu entender, é o grande pensamento de José Bonifácio: o Brasil livre dentro da comunidade continental — para isso há comprovação documental de que este era um aspecto fundamental de seu pensamento — e mais ainda, com a sua integridade mantida, integridade que era muito importante, porque estávamos cercados de nações que na realidade não nos suportavam.

Ainda há dias recebi de Buenos Aires um livro sobre os problemas da geopolítica argentina e no qual há um capítulo que sustenta que o Brasil vive à custa de seus vizinhos, assaltando-os, tirando-lhes os territórios, explorando-os de toda a maneira. É uma potência perigosa, que até ontem era uma nação que servia aos interesses da Inglaterra, que durante o século XIX dominou o continente, e depois, no século XX, passou a ser um agente do imperialismo norte-americano, mas hoje já se libertou e faz o seu próprio imperialismo.

José Bonifácio compreendia perfeitamente, apesar do esforço que fez no sentido de que os nossos vizinhos nos entendessem e aceitassem a nossa presença sob a forma monárquica; José Bonifácio tinha consciência muito

exata de todos esses perigos: problema da defesa do nosso território, da boa vizinhança e da unidade nacional.

Mas há outros aspectos da obra de José Bonifácio que não podem ser esquecidos num exame que se faça com a necessária tranqüilidade e serenidade, para compreender o papel que ele realmente representou.

O Min. Themistocles Cavalcanti lembrou dois aspectos que lhe pareceram da mais alta importância: o do índio e o do negro.

Realmente. Com relação ao índio, no momento já havia preocupação muito grande a respeito da problemática.

Pombal é a primeira autoridade portuguesa que põe fim ao sistema da sujeição do índio ao branco e tenta, numa compreensão um tanto apressada, meio lírica, do que o índio poderia representar, pensar na integração do índio inclusive no papel político.

As antigas aldeias jesuíticas foram transformadas em vilas ou em povoados; nas vilas criaram-se as câmaras municipais e o índio é levantado na sua condição de cidadão e vai participar como vereador escolhido e em eleição das câmaras municipais. É a primeira integração do índio num papel político que se realiza na vida do Brasil.

Mas, por ocasião da independência, ou melhor, dos debates relacionados com a instalação do liberalismo em Portugal e no Brasil, nos debates da Constituinte Portuguesa, foram apresentados vários projetos relacionados com a integração do índio e a nova atuação que o Estado devia ter para pôr fim àquelas distâncias que havia entre branco e índio, considerando-se todos população de uma grande família nacional.

O Prof. Georges Boehrer, norte-americano, em monografia apresentada ao Colóquio de Lisboa, publicada em pequeno volume, examina as propostas que foram feitas, duas delas da mais alta importância: a de José Bonifácio e a de um italiano que morava na região amazônica e estudava a região, Francisco Ricardo Zani.

Este homem, que na região amazônica é muito contestado e louvado — certas atitudes dele merecem todo o respeito e todo o louvor e outras atitudes mostram-no como um homem igual aos demais — preocupado com problemas materiais da vida, Zani, que é de origem de uma família ainda atuante no Pará e no Amazonas, apresenta um projeto fruto da sua experiência. Vi esse projeto, em original, no Arquivo do Pará. Uma cópia foi mandada depois a D. Pedro I e outra apresentada à Constituinte de Lisboa.

Há outros trabalhos apresentados na mesma ocasião, inclusive um de um baiano, mas não me recordo de todos.

O debate travou-se, mas a Assembléia Constituinte Portuguesa perdeu sentido para o Brasil uma vez que os nossos deputados abandonaram-na, poucos lá ficaram, muitos vieram para o Brasil e começou então, com muito mais rapidez, o processo da independência.

José Bonifácio, em projeto que apresentou relacionado com a integração do índio, faz críticas muito severas aos processos jesuísticos, porque está dentro da ideologia do iluminismo da época, que contestava a ação jesuítica

até acusando-a de estar preparando um Estado teocrático em que tivessem o comando da experiência política.

Devo dizer que não sei na realidade se havia esse propósito, porque há algumas coisas que levam à meditação. Por exemplo: jesuítas da América do Sul e da América do Norte. Eles começam na zona que é hoje argentina e brasileira. Ali pelo Paraguai vão subindo, depois a região de Chiquito, depois passam para Mainas, depois para Orenoco, entram pelo México adentro, atingem a região da Califórnia e vão até lá em cima. É seguido.

Quando houve ordem para expulsar os jesuítas espanhóis do Solimões e substituí-los por jesuítas portugueses eles recusaram, declarando que jesuíta não luta contra jesuíta. Foi então que mandaram os carmelitas que tomaram conta das Missões do Solimões e foram origem de cidades como São Paulo de Olivença e outras resultantes das fundações jesuíticas. De forma que não sei se na realidade essas observações de José Bonifácio não devem ser meditadas, sem esse entusiasmo um tanto elitista, que nós temos pela ação da Companhia de Jesus. É uma obra admirável sob o aspecto humano; não foi porém apenas espiritual. Foi, inclusive, material, porque as preocupações materiais deles através das suas fazendas, das suas propriedades rurais e o desejo de criar, eram muito grandes, embora aleguem que, na realidade, precisavam daquelas atividades, porque os recursos de que o Estado dispunha ou lhes fornecia eram mínimos e as obrigações muito grandes.

Não sei se José Bonifácio pode ser contestado nas reflexões que apresentou, de certo modo fazendo algumas reservas à ação jesuítica no seu trabalho de integração do índio ou de mudança da sua sistemática.

Outro aspecto a considerar é com relação à escravidão. Evidentemente já era antiga a campanha que se vinha fazendo, mesmo no Brasil, com relação à presença do negro na condição de escravo.

Deveria ele permanecer naquela situação? Deveria ser integrado na nova sociedade que se criava? José Bonifácio, nas considerações que faz, pretende realmente que o negro deixe de ser um escravo e passe a ser considerado como uma pessoa humana, porque houve bulas papais dizendo que o índio tinha espírito e era gente, integrava a corporação humana universal, mas não ocorreu o mesmo com relação ao negro. Não havia essa mesma orientação por parte do Papado do Vaticano. De sorte que José Bonifácio é, de certo modo, ao lado de outros, um apóstolo da igualdade de direitos — estão hoje em moda os direitos humanos — que seria já uma primeira tentativa de, através dos direitos humanos, dar ao negro uma condição de ser não apenas um objeto, que pudesse ser comprado, vendido e transferido em doações, ou por ocasião da morte dos seus possuidores, transferido aos seus descendentes.

Na realidade, com essa posição, José Bonifácio se assegura um papel realmente extraordinário no campo da ideologia política. Penso, em conseqüência, que José Bonifácio, com essas três posições: a unidade do Brasil, a defesa do índio e sua integração e a liberação dos escravos, só por esses três pontos pode ser considerado um dos mais dignos, mais inte-

ressantes, dos mais preciosos homens de pensamento político relacionado com a vida, com a estrutura e com a continuidade do Brasil.

Eu me lembro que quando se instalou a primeira Comissão para Estudar a Reforma Agrária no Brasil, no Governo do Mal. Dutra (fiz parte dessa comissão), um dos seus membros, que se chamava Hermes Lima, acabada a instalação disse: vamos trabalhar e apresentar ao Governo um instrumento legal, que impeça um novo 13 de Maio. Ficamos todos admirados: um novo 13 de Maio? Ele então replicou: vocês não têm memória. Como assim? O texto legal do 13 de Maio diz: fica extinta a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. Imaginemos que de repente se diga: fica extinta a propriedade rural privada no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário. Não há necessidade de se fazer logo um texto legal que impeça que tal aconteça?

José Bonifácio queria, através de providências que seriam naturalmente adotadas por meio do exame do problema, que o negro passasse a ser considerado como espécie humana, mas sem que houvesse, na realidade, a destruição da economia privada que até então se baseava fundamentalmente no esforço e na mão-de-obra do mesmo.

Era o que queria dizer.

Pedro Calmon — Muito bem.

Presidente — Muito bem. Tem a palavra o Prof. Vicente Barretto.

Vicente Barretto — Acho importante que se faça uma reavaliação crítica do pensamento político brasileiro, pois vamos constatar como a temática é muito atual. Essa atualidade, no entanto, parece-me mais vinculada não propriamente a modelos de organização política específicos e determinados, encontrados na tradição política nacional, mas principalmente ao que poderíamos chamar de recuperação do sentido histórico, dessa contribuição. Esclareço o que quero dizer com "recuperação do sentido histórico".

Os estudos do pensamento político brasileiro têm sido feitos, paralelamente, aos estudos especificamente históricos. A análise conceitual e histórica das idéias políticas não é devidamente desenvolvida pela historiografia nacional, voltada para a pesquisa documental, para a pesquisa de arquivo, para o levantamento da memória brasileira.

Publicaram-se alguns textos, como é o caso da obra política e social de José Bonifácio, mas de forma pouco analítica. A maioria esmagadora das análises sobre o pensamento político do Patriarca é realizada dentro de um enfoque valorativo e contemporâneo.

Temos, por exemplo, a afirmação de que José Bonifácio era partidário do voto do analfabeto. Então, eu me pergunto: o voto do analfabeto hoje, contemporaneamente, tem um sentido próprio, que não existia na cultura política do Brasil no início do século XIX. A questão, portanto, que desejo colocar refere-se ao nível de eficiência da metodologia, que tem sido aplicada nos estudos do pensamento político brasileiro. Essa metodologia tem sido a mais rica, a mais produtiva? Tenho minhas dúvidas.

Em função dessa colocação metodológica, eu gostaria de referir-me a uma questão levantada pelo Prof. Ferreira Reis. É sobre esta fidelidade, digamos, do pensamento político de José Bonifácio à chamada tradição

iluminista. Parece que isto é um fenômeno que não se coloca de forma geral. Quero dizer que cada cultura política absorve, incorpora de forma peculiar as idéias elaboradas em culturas políticas estranhas. E a incorporação dos ideais iluministas pela cultura política brasileira é hoje um caso clássico de incorporação específica, muito própria, em que as chamadas teses políticas do liberalismo (a tese do direito à liberdade, do direito à propriedade, a tese da segurança e a tese da igualdade), foram incorporadas de forma muito peculiar. Este processo iniciou-se com a reforma da Universidade de Coimbra, feita por Pombal, reforma esta que tem características próprias, porque o iluminismo em Portugal foi um iluminismo de meia-face, em que Pombal procurava mudar para salvar o Estado absolutista português. A reforma atesta a necessidade do progresso científico, das novas técnicas de produção, mas também, muito conscientemente, recomenda — isso se encontra na correspondência de Pombal com o reitor nomeado para fazer a reforma, D. Francisco Lemos — muito cuidado com as idéias do Locke, que seriam inúteis.

Arthur César Ferreira Reis — Para isto ele criou a Mesa Censitória.

Vicente Barretto — Em nenhum momento, o iluminismo brasileiro foi um iluminismo político. Pelo contrário, foi um iluminismo com grande ênfase na ciência — e José Bonifácio constitui-se no exemplo clássico da formação do cientista, tendo, inclusive, dedicado a maior parte de sua vida à ciência: mineralogia, química, física etc. Não vamos encontrar, na sua formação e em sua obra, uma definição clara e precisa de um ideário propriamente político. Falarmos então de uma fidelidade do pensamento de José Bonifácio a uma tradição iluminista parece-me um pouco apressado. Acho que deveríamos tentar especificar mais o que entendermos por isso, se é que existe essa fidelidade, de que forma existe e como existe.

Quando se pergunta, aqui: "O pensamento político de José Bonifácio inspirava-se no constitucionalismo monárquico?" acho uma colocação, pelo menos, muito geral.

Djacir Menezes — Embora os irmãos, na Constituinte e na luta de Antônio Carlos, em 17, tenham participado mais do iluminismo político.

Vicente Barretto — Se o senhor vai examinar o Movimento de 1817, o ideário e, posteriormente, a participação, tanto de Antônio Carlos como do próprio José Bonifácio, vamos verificar que existem certas linhas de atuação, em que as teses clássicas de liberdade e de igualdade do ideário revolucionário, identificadas na época com o chamado democratismo, e, portanto, com a Revolução Francesa, dão lugar a uma ênfase na questão da segurança do Estado. José Bonifácio em nenhum momento acata o democratismo, pelo contrário, nele identifica a grande ameaça à organização política.

Djacir Menezes — Aí, diverge do irmão, do Antônio Carlos.

Vicente Barreto — Acho o seguinte: o pensamento de Antônio Carlos até hoje não foi muito analisado. Realmente, os dados que temos são parcos, a pesquisa ainda não nos forneceu algo que pudesse caracterizar o seu pensamento.

Para resumir, podemos dizer que o principal problema que se coloca no exame do pensamento de José Bonifácio é o da recuperação crítica do sentido desse pensamento na cultura brasileira. Como era, efetivamente, a cultura política no início do século XIX? Qual o sentido histórico do discurso político do Patriarca? Como foi montada a estrutura de poder no Brasil e qual a influência da cultura política da época? Essas questões são mais operacionais do que tentar extrapolar temas e idéias para a nossa época. Acho que o estudo do pensamento político poderá, quando muito, e será o suficiente, contribuir para a análise da evolução das sociedades políticas.

Certamente não dará soluções para problemas que pertencem à cultura política do século XX.

Voltemos à pergunta se José Bonifácio, nas *Lembranças e apontamentos,* ao referir-se à convenção acima das cortes ordinárias, idealizaria um tipo de constituição flexível. Acho que não. Acho que, mais simplesmente, ele previa um tipo de instituto que existe nas constituições classicamente liberais, anglo-saxônias, ou seja, um poder constituinte permanente ou instituído, como se refere mais tarde. A constituição do corpo de censores seria feita através de nomeação das juntas provinciais, em função da sua população. Na imaginação de José Bonifácio, esse corpo de censores teria a característica de órgão representativo, também, ainda que não fosse diretamente representativo, mas indiretamente, pois seriam nomeados pelas juntas eleitorais de províncias, em função da sua população. José Bonifácio vinculava a criação de universidades e escolas à necessidade de dotar o país de elites produtivas e modernas.

Arthur César Ferreira Reis — Foram os maiores homens que Portugal já teve até hoje.

Vicente Barreto — Essas elites serviriam para fortalecer o Estado, que José Bonifácio considerava devia ser centralizado e apto a manter a integridade territorial. O liberalismo clássico mais voltado para o fortalecimento da sociedade civil não se enquadrava, portanto, na visão política do Patriarca.

Arthur César Ferreira Reis — Quando fui governador, no estado do Amazonas, sofri uma crítica de um jornal e o título documentário era o seguinte: "Pombal das selvas" (risos). Quando deixei o governo e vim para o Rio de Janeiro, esse mesmo jornal e esse mesmo articulista, fazendo um exame dos aspectos positivos de meu governo, dizia: "Um déspota esclarecido" (risos). Gostei dos dois títulos (risos).

Djacir Menezes — Aliás, seus primeiros livros eram sobre a política de Pombal.

Vicente Barretto — Para terminar, gostaria de deter-me na questão da propriedade, a que também se referiu o Prof. Arthur César Ferreira Reis. José Bonifácio previa não somente uma gradual política de integração das camadas não-proprietárias da população. Vê-se que a estrutura do poder político imaginada por José Bonifácio era uma estrutura baseada no censo. Não existia a possibilidade das forças democráticas romperem a barreira

do Estado liberal. Quero chamar a atenção para o seguinte: no Projeto da Constituição, apresentado pela Constituinte, de que José Bonifácio foi relator, na Comissão, encontramos no art. 265 o reconhecimento pela Constituição dos contratos entre os senhores e os escravos, sendo o Governo responsável pela sua manutenção. Que queria dizer, efetivamente, esse dispositivo que, depois, na Constituição de D. Pedro, não foi tornado dispositivo legal mas, de qualquer forma, previsto, expressando uma tendência existente na época? Tratava-se na verdade da superação da antiga noção de que o escravo era uma coisa, tradicional no direito romano, pela idéia original de que entre senhor e escravo existia uma relação contratual. Ele passa a reconhecer que a relação estabelecida pela escravidão não era mais sobre uma coisa, mas entre duas pessoas, entre dois sujeitos de direito. Era um passo revolucionário na conceituação jurídica da escravidão, na época, e, vale dizer, uma ruptura, nessa estrutura.

Presidente — E na representação isso está desenvolvido. Todo esse tipo de relações e obrigações.

Vicente Barreto — Exatamente. Portanto, não é um artigo previsto abstratamente. Era uma forma jurídica a solucionar um problema, que estava sendo pensado e analisado na época.

Arthur César Ferreira Reis — Vou dar-lhe uma informação.

Nos Anais da Biblioteca Nacional há referência a documentos que examinei, e é a seguinte: frades que apareceram na Bahia foram denunciados ao Estado, pois estavam promovendo a subversão. No confessionário só davam absolvição a quem, sendo proprietário de escravos, assumia o compromisso e o juramento de dar liberdade aos escravos. Houve a denúncia e eles foram expulsos do Brasil.

Vicente Barretto — Onde se encontra publicado?

Arthur César Ferreira Reis — Nos Anais da Biblioteca Nacional, referentes à documentação existente em Lisboa.

Presidente — A que época se refere?

Arthur César Ferreira Reis — Século XVIII. No fim do século XVIII. Era a subversão em pessoa.

Vicente Barretto — Era só isso, Sr. Presidente.

Djacir Menezes — Muito bem observado.

Presidente — Tem a palavra o Reitor Pedro Calmon.

Pedro Calmon — Meu caro presidente, meus amigos, pedi para falar por último tanto por ser o mais apagado (não apoiados) como também porque quis captar as impressões e os pensamentos dos meus colegas, a fim de propor uma espécie de síntese.

O assunto me é familiar, tenho estudado desde rapaz, como Ferreira Reis madruguei pesquisando, levei minha vida toda investigando história, de maneira que me sinto à vontade para versar o tema.

Proporia que escalonássemos o pensamento político de José Bonifácio em três fases: o pensamento básico, o evolutivo e o circunstancial. Porque a referência feita, por exemplo, pelo nosso ilustre Dr. Vicente Barretto,

à influência iluminista que teria sofrido como todo homem culto da época, é explicada pela evolução das suas idéias.

Não podemos isolar José Bonifácio numa determinada época. Há um José Bonifácio anterior à vinda para o Brasil, há um José Bonifácio na fase de transição, membro da Junta de São Paulo até o Ministério, e há um José Bonifácio do Governo. Há, ainda, uma quarta fase da Constituinte, o abolicionista, e uma quinta, que é ele na luta da Regência, em que assume o papel de líder dos retrógrados brasileiros.

Arthur César Ferreira Reis — Há ainda dois aspectos a considerar na parte ética: José Bonifácio rapaz, já homem de ciência, percorrendo a Europa com um diário que está no Instituto, e é impublicável, e José Bonifácio austero enfrentando a Domitila.

Pedro Calmon — O pensamento do homem político não se pode resumir em dogmas, porque em geral o homem político inteligente, sobretudo o homem político que milita, que luta com as realidades do seu tempo, do seu meio, é um homem evolutivo. De maneira que o homem político é por espécie essencialmente contraditório.

Nós encontramos José Bonifácio desmentindo-se a cada momento: uma vez no poder, uma vez pretendendo o poder, e uma vez, como antes, fora do poder.

Por exemplo, uma pequena frase, na representação da Assembléia Nacional. Diz ele: "Se o antigo despotismo foi insentível a tudo." Observem bem a frase: se o antigo despotismo foi insensível a tudo. Tem-se a impressão de um liberal do princípio do século XIX, que bebeu nas fontes da Revolução Francesa as idéias da liberdade, doutrinando a respeito: "Se o antigo despotismo foi insensível a tudo." Pois bem. Entretanto, leiamos José Bonifácio no louvor de D. Maria I: "D. Maria I, de imortal memória..." D. Maria I, que é considerada aliás injustamente pelos próceres do liberalismo brasileiro como a rainha que mandou matar Tiradentes.

É claro que isso é um mito, não mandou matar Tiradentes. Defendo D. Maria I, ignorava quem fosse Tiradentes, o que houve foi uma farsa judiciária, em que se decidiu encontrar o mártir, e o mártir foi identificado como o mais loquaz dos inconfidentes, considerado o homem que devia ser culpado, mas por uma sentença indeterminada da rainha conservada em segredo pelos juízes, estes sim, responsáveis pela imolação. "Vá para a forca o que for mais perigoso."

Em todo o caso, José Bonifácio chama-a a rainha de "imortal memória".

Djacir Menezes — Imortal pode ser em qualquer sentido.

Pedro Calmon — É claro. Fala em D. João VI, "o magnânimo rei que nos desgoverna" e diz: "D. João VI que faz a delícia dos dois mundos."

Ora, o rei que faz a "delícia dos dois mundos" é "todo despotismo" ativo que antes existia.

Vejam os senhores como há um José Bonifácio anterior.

Esses são os relatórios do secretário da Academia de Ciências de Lisboa, volume 6, da sua revista.

Pois bem. Então esse José Bonifácio, anterior a 1819, quando veio para o Brasil, é um iluminista no sentido científico da expressão, no sentido espiritual da palavra, quer aprimorar os conhecimentos para desenvolver e criar a felicidade do gênero humano, que é o papel do iluminismo; está de acordo com estas teses e, digo mais, mostra, desde a sua inquietação como estudante, que era um inconformado com a situação de ordem existente, depois que caiu Pombal. Porque o "reino da estupidez", que é um poema de moço, de 1784, José Bonifácio o escreveu juntamente com Francisco, que era seu compadre...

Arthur César Ferreira Reis — Eram dois agitadores.

Pedro Calmon — Agitadores, sim. Criaram a confusão no Brasil há 200 anos (risos).

O problema é este. O "Reino da estupidez" merece ser estudado também como precedente político de José Bonifácio.

Reparem. Estudante, já com mais de 20 anos, porque já foi velho para a Universidade de Coimbra, adapta-se ao grupo desgostoso com a queda de D. Francisco de Lemos e do sistema inaugurado por Pombal; é a reação de D. Maria I, e a sua revolta se traduz num panfleto com esse poema, em que os lentes são julgados, maldiz a escassez de conhecimentos, a fraqueza, a sabujice ou a caturrice de vários professores, e agita o fermento revolucionário dentro da universidade.

Quer dizer, como estudante rebelde, José Bonifácio teve um papel especial.

Arthur César Ferreira Reis — Um ano depois até ele se arma contra a invasão francesa.

Pedro Calmon — Tem então a comissão do Governo de estudar ciências naturais na Europa, durante 10 anos.

Quer dizer, uma verdadeira expatriação.

A minha opinião é esta, estive estudando um pouco a biografia e posso já ter dito isso, mas considero que o governo operoso da época, Martinho de Melo etc., temeu que o homem tinha as ambições intelectuais de José Bonifácio, que tinha já um certo prestígio entre os egressos da universidade, ficasse no Reino. Então foi condenado a, durante 10 anos, estudar no estrangeiro.

Presidente — Faziam isso naquela época.

Pedro Calmon — Portugal livrou-se de José Bonifácio durante 10 anos. E ele voltou, enfim, tão carregado de ciência, de conhecimentos sábios e experiência madura, que se tornou alto funcionário do Reino, inspetor-geral das Minas; professor de Coimbra, coronel do Corpo de Estudantes na luta contra os franceses... Enfim, é um José Bonifácio conformado com o regime existente e favorável, portanto, a tudo o que naquela época se chamava de poder régio, o absolutismo. Era o despotismo que ele nega em 1823, quando diz: "Se o antigo despotismo foi insensível a tudo."

Há, todavia, nessa adaptação à realidade, que o transforma num elemento construtivo da sociedade do tempo, o seguinte: ele é eleito para a Academia de Ciências. Passa a secretário da Academia, quem visitar a Academia de

Ciências de Lisboa encontrará o seu busto de mármore a par do busto do Duque de Lafões, que fundou a casa. Quer dizer, era um alto personagem do regime português, recalcado o seu pensamento básico, que era liberal, enfim iluminista. Acomoda-se. Ele se conforma e é o expoente do imediatismo existente. Isso termina em 1819. É outra fase.

No discurso desligando-se (aliás não é um discurso, é um relatório de secretário, que tem a forma de despedida), José Bonifácio enumera os trabalhos do ano, da Academia, em julho de 1819, e diz que voltará para o novo império no Brasil. Essa despedida, considero o pensamento político de José Bonifácio em termos de um grande manifesto.

Declara: vou-me aposentar em Portugal. Não retornarei ao cargo de secretário perpétuo da Academia de Ciências de Lisboa. Aderirei à minha pátria. Agora, a minha pátria, em primeiro lugar, tem gente igual à portuguesa... Aí ele já respira, já fala de equiparação dos brasileiros aos portugueses. Somos iguais às outras pessoas! Não somos inferiores. É o fundamento do nosso direito público. É a igualdade. Fala nessa igualdade, elogia a terra, vaticina-lhe o grande e vasto império. Diz que este império existe, mas é necessário lhe pôr casa. É a grande frase dele: "É necessário lhe pôr casa." Quer dizer, é necessário *instituir* o império. E ele proclama — através dessa igualdade, dessa ênfase, através desse panegírico do seu país — um brasileirismo trepidante. O seu pensamento político brota em nova chave: nacionalismo, fonte e alma da independência.

Ele proclama, ele sugere, ele propõe o brasileirismo que vai orientar a sua ação objetiva. O pensamento político de José Bonifácio, portanto, incide sobre o problema capital da época, a independência do Brasil.

Agora, em 1821, eleita a bancada que representará São Paulo nas cortes de Lisboa, tendo como o mais inteligente porta-voz seu irmão, Antônio Carlos, José Bonifácio redige os apontamentos que constituem, como todos sabemos, a súmula da sua doutrina política. Notem, é um documento feito para a ação. É um programa. Ele não obedece à circunstância, à conjuntura. Ele cria. Ele projeta. Ele delineia. Ele planeja. Ele fixa diretrizes para a ação futura. Reparem, portanto, que é um ideal. Aí ele não é um homem prático. É um filósofo, em cuja sabedoria se esconde o estadista.

Ele diz aos deputados: vão para Lisboa e lá, perante as Câmaras, defendam estas idéias.

Djacir Menezes — É lá que se aventa a idéia de um corpo de censores, como "poder constituinte instituído".

Pedro Calmon — Mas um poder constituinte instituído no Brasil.

José Bonifácio lança, em primeiro lugar, a idéia da comunhão do Reino Unido. A fusão do Reino Unido, o que, ao contrário do que dizer os que o criticam e acusam, não era a negação da independência do Brasil. Era a aplicação de outra idéia, que é uma idéia medieval, de hierarquia política e que hoje é uma das normas de direito público. É a diferença entre império e reino.

Observe-se bem. Ele fala do império lusitano e fala do reino do Brasil. É como o Canadá e a Inglaterra, mais ou menos. O reino do Brasil era um

estado instituído com todos os elementos que o formavam. Era o Estado do Brasil. Depois eu provarei que ele já proclama a independência. Agora, a idéia do império lusitano é uma idéia que nós temos atualmente. (Gostei da cautela sugerida da ótica presente, em relação ao pensamento do passado. O historiador é aquele que volta no tempo e se adapta às circunstâncias, para poder descrevê-las. Porque se ele vai descrever com o pensamento atual, ele faz marxismo histórico, do qual aliás não se livram vários confrades...)

Djacir Menezes — É por isso que se diz: cada povo tem a seita que merece.

Pedro Calmon — O verdadeiro historiador, honesto, honrado, como diz Ferreira Reis, é o que freqüenta os arquivos; e estes nos devolvem ao tempo. Eu, quando fui estudar José Bonifácio, tive que entrar em 1823. Não posso estudar José Bonifácio à luz dos artigos de fundo da imprensa de hoje (risos). Tenho que estudar José Bonifácio de acordo com a atmosfera que ele respirou (risos). O historiador é um homem que regressa à época, que aprecia, analisa e interpreta. Porque é um erro fundamental dizer: José Bonifácio era um homem que pensava como pensa hoje o senhor fulano de tal, na tribuna da Câmara. Pensava de acordo com as circunstâncias que o rodeavam, o meio em que viveu, os desafios que aceitou, e replicou, com as destras armas do talento. Se assim não fizermos erraremos na avaliação do homem, não lhe veremos a estatutra, não reconheceremos o seu perfil e não identificaremos a sua personalidade. Estaremos fora da história. Estaremos fazendo a filosofia política, no sentido da adaptação do passado ao presente, com vistas ao futuro, o que é contra a índole do historiador, que vem do fato para o papel, e não do papel para o fato.

Diante dessa atitude que nós tomamos, na qualidade de homens que escrevem seriamente a história, ou que procuram pelo menos fazer história, concluídos que José Bonifácio não negava a independência. Queria esquematizá-la. A independência começará a existir em 15 de dezembro de 1815, proclamada pelo Príncipe Regente D. João, quando criou o Reino Unido do Brasil e Portugal. Reino Unido — reparem — que é uma paródia do Reino Unido da Inglaterra. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Era um reino de partes iguais, hemisférios iguais. Tanto que tínhamos, os brasileiros — aliás sempre tivemos — os mesmos direitos dos portugueses. É preciso que se diga que no Brasil há um fato curioso: durante toda a colônia, a legislação civil foi uniforme, para portugueses e brasileiros. Não há um só colono brasileiro tratado por leis coloniais, são todos tratados pelas ordenações do Reino, juntamente com os metropolitanos. Todos éramos portugueses. Apenas não havia os efetivos controles do poder. São problemas mais de realidades que de legislação. Mas, em todo o caso, a questão é esta: ele queria que esse Reino Unido se conservasse, como uma comunhão, sob a presidência de um rei, que propunha deixasse, no Brasil, o príncipe herdeiro; ou fosse uma monarquia rotativa, para atender aos súditos brasileiros. Dentro desse Império Lusitano, o Reino do Brasil.

Agora, volto à comparação: que pensamos, hoje, quando falamos da comunidade luso-brasileira? Quer dizer, o Império e a República, sepa-

rados. O Império, no sentido simbólico da palavra, uma coordenação, seja por um poder instituído, seja por um sentimento, seja por uma forma que a experiência indique, mas, de qualquer maneira, sem violar a separação, a independência dos países.

Arthur César Ferreira Reis — Há alguns anos, em Lisboa, conversando com alguns portugueses, eles nos diziam: "Não tem solução." Parou, olhou e continuou: "Preparem-se para nos levar nas costas."

Pedro Calmon — Pois é. Quer dizer, pensamento atual. É o Império Lusitano. Tanto que, há pouco, fui convidado para falar no Dia da Comunidade. Eu disse: o Império de vocês desapareceu, o império material. Mas há um império que queremos que fique, é o império da língua portuguesa, o império cultural. Por quê? Porque formamos uma comunidade regida por uma língua que Deus queira se conserve. Somos, realmente, uma comunidade. O pensamento de José Bonifácio, então, era: o Império Lusitano, o Reino do Brasil, e este reino com uma unidade — aí, já explicaram — política, sob um governo central — ele fala em Governo central — e com uma capital que ele desvia para o interior do país. De qualquer maneira, José Bonifácio, no transe da passagem da colônia para o império, promove a união nacional. União nacional esta que devemos à solução monárquica da independência. Se não fosse D. Pedro, as províncias, naturalmente, se separariam como entidades anônimas. Pernambuco, por exemplo, não obedeceria à Bahia...

Arthur César Ferreira Reis — Porque seria baiano e não brasileiro (risos).

Pedro Calmon — De fato, o regionalismo era superior ao patriotismo. O Brasil era uma entidade moral, era um símbolo, mas a realidade era o regionalismo, que ainda hoje existe pulsando no nosso ciúme pelos limites dos estados. Quem mora no Rio de Janeiro já vê a coisa de maneira diferente, mas um pernambucano como Themistocles Cavalcanti ou um cearense como Djacir Menezes, um amazonense como César Reis ou um baiano como eu, temos a sensibilidade "estadual". Ainda ontem, um jornalista de *O Globo* me interrogou sobre a divisão de Mato Grosso. Disse: está bem. Aprovo-a, porque são ciclos de civilizações diferentes: o de Cuiabá e o de Campo Grande, este com a influência gaúcha, território de criação, aquele antigo núcleo de mineração, com vida independente. Disse-me: o senhor é a favor da divisão dos estados? Disse: não. E disse aquele não "baianamente", pensando na minha terra. Se desmembram a Bahia, eu pego em "armas" (risos), isto é, na minha pena, e discuto com a mesma veemência com que vocês discutirão. É nosso sangue. Como os senhores vêem, isso confirma a minha tese. O meu baianismo se reduz, no entanto, à defesa. O deles já é agressivo, já querem a retomada... (risos). É a minha tese que está sendo confirmada, espontaneamente, por todos nós. Esse sentimento regionalista predominava em 21. Então, José Bonifácio replica com a proposta da união nacional, com o Governo central. Com o Governo central que a história nos deu, providencialmente, na pessoa do príncipe regente, a quem ele aconselhou assumisse o poder. Se o príncipe fosse para Portugal, atendendo à pressão da corte, quem ficaria no Brasil?

Arthur César Ferreira Reis — Já havia um projeto criando o Vice-Reinado do Amazonas, separando todo o Norte.

Pedro Calmon — Outro decreto que ofendeu D. Pedro era este: todas as juntas de Governo deveriam entender-se com Lisboa e não com o Rio de Janeiro. Portugal promovia a desagregação.

Arthur César Ferreira Reis — Quando apresentei ao Pres. Castelo Branco um projeto para a criação do Ministério da Amazônia, ele me disse: o que você quer é um vice-reinado, não é? (risos).

Pedro Calmon — Pois bem. José Bonifácio propõe o Governo central, propõe legislação civil e criminal, adequada ao Brasil. É a visão da jurisprudência nacional: um tribunal, na capital, a independência judiciária. Propõe os censores, exatamente a adaptação da Constituição feita na Europa às condições brasileiras. Propõe a grande solução de base, que era a educação, com a sua cúpula, que era a universidade. Ele acha que não há liberdade civil de um povo sem a sua educação — e acha certo — porque um povo deseducado é um povo insensível às transformações políticas e incapaz da participação cívica. Propõe, também, a legislação sobre a terra das Sesmarias, para que as Sesmarias inúteis fossem reivindicadas pelo poder público e redistribuídas, de acordo com as necessidades. Todas essas idéias constituem o seu esquema de idealista. Evidentemente, ele, ainda, não se mostra o liberal. Ele se mostra o político construtivo, criando o Estado brasileiro. É, então, realista. Agora, ele assume o poder. É um outro José Bonifácio. Por quê? Porque a sua idéia precípua é a de independência, mas sofre de um mal irredutível, o seu temperamento. Nós não podemos separar a idéia do homem que a produz. Ele é um impulsivo, é um autoritário, é um genioso, inimigo dos inimigos, oligarca, na acepção do homem que queria o prestígio de sua família, em São Paulo.

Presidente — Mas corajoso. Dizia tudo.

Pedro Calmon — Claro. Então, o Príncipe D. Pedro vai a São Paulo, exatamente para castigar a junta que havia excluído do governo o seu irmão Martim Francisco. O 7 de Setembro é uma conseqüência imediata do sentido oligárquico da política de José Bonifácio. Ele prestigia seu ministro, a junta ofende-o, demitindo um membro ilustre, irmão de seu ministro, e D. Pedro para lá se atira para firmar a autoridade "nacional". Chega lá, enamora-se de Domitila, no dia 1º de setembro. Impressiona-se pelo ambiente, respira aquele ar iluminado do planalto brasileiro, e reconhece o Brasil. A corte portuguesa tinha ficado no Rio de Janeiro. Só visitara a Ilha do Governador, Paquetá, Santa Cruz...

D. Pedro é o primeiro que vai a Minas Gerais e a São Paulo. Quer dizer, conhece o sertão. Encontra o Brasil, vê a dimensão deste país, sente a simplicidade e a bondade do povo, a natureza do povo e se torna assim, rapaz de 23 anos, naquela audácia e naquele ímpeto romântico, o líder da independência do Brasil. E, com a espada desembainhada, sem ouvir José Bonifácio, mas de acordo com a lógica da sua política, proclama a independência, em 7 de setembro.

Esse gesto de D. Pedro, seja-lhe creditado, foi o seu "rasgo heróico". José Bonifácio adaptava-se à independência subordinada e às condições que fossem aparecendo, porque era contestada pela própria Inglaterra, aliada de Portugal, que queria o Brasil autônomo, mas não brigando com a metrópole; uma forma de conciliação, enquanto a santa aliança era inteiramente contrária a qualquer surto liberal.

Ora, José Bonifácio, em face da política mundial, tinha de ser prudente.

Desfecha-se a independência e então o Patriarca passa a ser o novo déspota brasileiro, o homem que golpeia os inimigos, que os exila, no seu conflito com Gonçalves Ledo, que cria um partido monárquico em torno do imperador, cuja proclamação, em 12 de outubro, e cuja coroação, em 1º de dezembro, ele propicia, ele promove, até que cai no ano seguinte em virtude dos fatos conhecidos.

Cai José Bonifácio e então passa a ser, na Assembléia Legislativa, o grande expoente da oposição, com o seu jornal *O Tamoio*.

Qual é o pensamento político de José Bonifácio abolicionista? É o pensamento político realista, no sentido de melhoria social, no sentido de contrariar e protestar contra o novo despotismo estabelecido, é um homem que deseja que a revolução se encaminhe liberal e nacionalmente.

Isso irrita D. Pedro, sobretudo porque no meio dessas reformas vinha a reforma militar.

Eles queriam licenciar a tropa portuguesa, mandando-a de volta para a Europa: e a tropa portuguesa era o apoio material do imperador.

Eram aqueles coronéis que tinham vindo em 1817 para a Cisplatina, era o grosso do Exército, era a Força Pública do Brasil. Desfeito isso, o Império ficaria sem base militar, sem segurança.

Então D. Pedro, na opção, entre os militares e a Constituinte, a dissolve. E José Bonifácio é exilado.

Não falo das idéias políticas de José Bonifácio no exílio, porque constituem outro capítulo.

Ele é maldizente, acha que o Brasil vai mal, acha que D. Pedro é o grande avantesma. Até estranha a admiração de D. Pedro por Bolívar e a aliança que se vai esboçando, em 1828, entre o Brasil e a grande Colônia.

Pois bem. Depois José Bonifácio assume a tutela de D. Pedro II, quando cai D. Pedro I em 7 de abril de 1831. É outro José Bonifácio!

Ele é quem reage contra a onda demagógica que se estabelece no Brasil.

A Assembléia, em favor das idéias correntes, contra o Imperador D. Pedro II, contra o portuguesismo, o nacionalismo da Regência etc., a Assembléia o destitui da tutela. Ele a reivindica e é eleito pelo voto legislativo.

Então passa a comandar, no Paço de São Cristóvão, o retorno. É a favor da volta de D. Pedro I, a favor do restabelecimento da monarquia como era antigamente, a favor de tudo que era considerado o antigo despotismo. É verdade que esse antigo despotismo era adaptado à independência e à Constituição. Mas era o homem da reação.

Portanto, o temos aí, até que a Regência o derruba, em 1833, e cai e vai morrer, consolada e liricamente, na ilha de Paquetá.

É portanto, em resumo, para sintetizar, um pensamento evolutivo que podíamos dividir em cinco capítulos ou mais, conforme queiramos: o estudante rebelde, o homem adaptado à monarquia absoluta de D. João VI, D. Maria I etc., até 1819, o brasileirista, o patriota, o homem que quer a união nacional e uma legislação social e criminal adaptada ao Brasil, o criador nos apontamentos de 1821, o político da formação da independência que se acomoda às realidades e cria o Estado brasileiro, o dialeta e o retrógrado.

Realmente, preside ao processo da formação do Estado, faz-lhe sobretudo a diplomacia da independência, e projeta-a na ação de coordenar a independência unindo as províncias.

Ele não chega a marcar, com seu pensamento, a evolução brasileira, porque esta tarefa cabe mais a seu irmão, Antônio Carlos, quando organiza o Projeto da Constituição em 1823.

Outro José Bonifácio é no exílio, outro finalmente como tutor do imperador e chefe do reacionalismo, de 1831-1832, que é dominado sobretudo pelo braço enérgico de Feijó e pela resistência de Aureliano Coutinho, de Paulo Barbosa, na Regência e no Paço de São Cristóvão.

Pois bem. Temos com isso, meu querido presidente, a gama a que obedece o pensamento político de José Bonifácio. Quase ia esquecendo o economismo de José Bonifácio. Ele promete criar nas universidades a cadeira de economia política.

Ele é a favor de um movimento anglófilo, porque no fundo se subordinava mais à influência inglesa do que à francesa.

Reparem que mesmo nessa famosa mensagem sobre a Abolição, de 1825, ele se filia no grupo de Wilberforce, grupo inglês dos abolicionistas. Não cita os franceses, mas os ingleses.

Quanto à economia política, também participa do pensamento inglês, e o seu civilismo quando, por exemplo, declara, nos apontamentos em relação à universidade, que a teologia será ensinada nos seminários.

Expurga o sistema universitário, esquematicamente profano, para o efeito da teologia ser ensinada nas casas próprias, os seminários dos padres. É o seu sentimento "iluminista" do século passado, a sua noção "civil" do ensino que se lhe ajustasse, o ideal político harmonizado com a promessa de uma legislação social e criminal própria do Brasil.

Presidente — Muito obrigado. Prof. Djacir Menezes tem a palavra para encerrar esta mesa-redonda.

Djacir Menezes — Sabe o Sr. Presidente que eu encaro com um certo receio esse papel de resumir as idéias no fim das mesas-redondas.

Presidente — Só da presidência, não precisa resumir dos outros.

Djacir Menezes — Para facilitar a tarefa, sempre procuro dizer que faço um resumo das idéias ventiladas, sem procurar ligá-las às pessoas, porque nem sempre elas se conformam com o resumo que faço.

Ao abrir a sessão, V. Exª já antecipou a posição que tinha José Bonifácio em relação à emancipação do negro e do índio. Realmente parece um dos pontos centrais do pensamento político.

Depois, o pensamento político de José Bonifácio foi visto também à luz do iluminismo, resultante de certa confluência ideológica das correntes que agitavam as metrópoles, e das quais José Bonifácio tinha conhecimento e quase vivência, digamos assim, desses problemas, pelas viagens que fez no velho continente.

Acentuou-se que a centralização do poder era uma das fases indispensáveis, que depois, com D. João VI, haveria de conduzir no sentido da independência. E que uma das forças de José Bonifácio era justamente, como político, ter agentes secretos em vários pontos do País, naquele tempo, e isso facilitava o seu pensamento no propósito de estimular a unidade. Houve referência a um livro de um professor argentino, em que o Brasil era apresentado como um perigoso assaltante dos vizinhos.

Em todo caso, a vigilância internacional de José Bonifácio era evidente. Suas idéias a respeito do abolicionismo indígena filiavam-se ao ponto de vista de Pombal, visando uma política de integração, de que a Constituinte refletiria as inclinações fundamentais. E concluiu acentuando três pontos de vista fundamentais no pensamento dele, que depois foram também ressaltados pelos sucessores: a unidade, o processo de integração social do índio e a libertação dos escravos.

Depois, o conferencista seguinte achou que esses estudos em torno do problema do pensamento de José Bonifácio são feitos, muitas vezes, de um ponto de vista pouco analítico. Enunciou uma regra metodológica que nos parece importante: o erro de fixar pensamento passado na órbita do presente. O voto do analfabeto, por exemplo (esta foi a exemplificação), ontem e hoje, tem sentidos inteiramente diferentes.

Na cultura brasileira, a especificação das teses do liberalismo sofrem uma certa refração histórica. O iluminismo brasileiro, acentuou o segundo debatedor, já vem enunciando essas idéias; o pensamento de José Bonifácio inspirava-se profundamente nas ciências, dada a sua formação altamente especializada nas ciências físico-naturais. O seu pensamento não era de uma constituição de tipo flexível, como está mencionado num dos itens do questionário. E a coincidência com Pombal é então ressaltada.

Quanto à propriedade, o seu pensamento revelava certo gradualismo político a respeito da integração das classes não-proprietárias. É um ponto digno de se meditar, ainda hoje, o art. 265 do seu Projeto de Constituição, que estabelecia o ponto de vista do reconhecimento de contratos entre senhores e escravos. Realmente, é uma observação profunda, pois introduziria, por um ângulo jurídico, uma modificação nas relações vinculadas à propriedade servil.

O debatedor seguinte reconhece, na análise desse pensamento, a sua complexidade, que compreenderia três fases: uma básica, uma evolutiva e uma circunstancial. Depois, sua argumentação leva a discriminar cinco fases: a anterior à vinda ao Brasil, aquela em que ele se sintoniza com a monarquia absoluta, com referências elogiosas a Dona Maria I; a fase brasileirista, que parece ser a dos apontamentos, quando ele estava em viagem; a política da independência, que começou muito antes de no Brasil

se debaterem esses problemas, como foram debatidos; e, finalmente, o homem, o tutor, cujo reacionarismo já vinha de 1832.

Há várias referências a pontos diferentes do pensamento de José Bonifácio, inclusive ao "Reino da estupidez", o poema, que seria um prólogo político.

Pedro Calmon — A frase é muito boa. É assunto francês. Ele não era corrupto, mas apenas subversivo.

Djacir Menezes — Há ainda a afirmação de que Portugal livrou-se de José Bonifácio durante 10 anos, com aquelas viagens pela Europa, onde estabeleceu contatos importantíssimos para as suas investigações científicas. E então volta mais conformado com o regime. O antigo despotismo não foi insensível a todas as nuanças do pensamento político.

Já nos seus *Apontamentos* refere-se ao novo império brasileiro, à adesão à pátria que surgia no novo continente interamericano, afirmando idéias de igualdade entre Brasil e Portugal; louvores à terra; a proclamação do seu brasileirismo e finalmente a idéia de uma comunidade ou comunhão de Reino Unido, que não era a negação da independência. O Império Lusitano e o Reino Brasileiro se conformariam dentro de uma comunidade muito maior, sem os regionalismos renitentes. E ninguém pode falar nisso sem lembrar os protestos do nordeste, 1817-1824.

Na conclusão, há referências ao temperamento impetuoso do velho Andrada à sua atitude muitas vezes desbocada, e é justamente o que me causa uma grande simpatia pessoal pelo velho Andrada.

Finalmente, Sr. Presidente, seria difícil fazer um resumo completo, mas creio que já é o suficiente para as diretrizes firmadas.

Presidente — Quero agradecer a todos pelo comparecimento e os serviços que prestaram à cultura brasileira, vindo reviver uma personalidade que é impressionante e pouco conhecida, menos conhecida do que o deveria ser, entre aqueles que devem conhecer alguma coisa do Brasil.

Estamos dentro do planejamento de uma série de mesas-redondas nesse mesmo estilo. Temos o propósito de fazer uma sobre Tavares Bastos e outra sobre a influência do positivismo na formação do pensamento político republicano. Pretendemos realizar essas mesas-redondas durante este ano.

Agradeço a todos pelo comparecimento e renovarei outros convites, para completar nossos estudos. Muito obrigado a todos.